



LEI COMPLEMENTAR Nº 001/99

Institui posturas para o Município de Pitimbu-PB e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITIMBU.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei contém medidas de polícia administrativa a cargo do Município, estatuinto as necessárias relações entre este e a população.

Art. 2º - São logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum, tais como os define a legislação federal, que pertençam ao Município de Pitimbu.

Art. 3º - Todos podem utilizar livremente os logradouros públicos, desde que respeitem a sua integridade e conservação, a tranquilidade e a higiene, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º - Aos bens de uso especial é permitido o livre acesso a todos nas horas de expediente ou de visita pública, respeitando o seu regulamento próprio.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS E DAS PENAS

Art. 5º - Notificação é o processo administrativo formulado por escrito, através do qual se dá conhecimento à parte de providência ou medida que a ela incube realizar.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º - A verificação pelo agente administrativo da situação proibida ou vedada por esta Lei gera a lavratura de auto de infração, no qual se assinala a irregularidade constatada e se dá prazo de quinze dias para oferecimento de defesa.

Art. 7º - Os autos de infração obedecerão a modelos padronizados pela Administração.

Art. 8º - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

Art. 9º - Na ausência de oferecimento de defesa no prazo legal, ou de ser ela julgada improcedente, será imposta pelo titular do órgão competente a multa prevista.

Parágrafo único - Nas reincidências as multas serão cominadas progressivamente em dobro.

Art. 10 - Será notificado o infrator da multa imposta, cabendo recursos ao Prefeito Municipal, a ser interposto no prazo de quinze dias.

Parágrafo único - O recurso deverá ser acompanhado da prova de ter sido efetuado o depósito da multa imposta no órgão próprio.

Art. 11 - Negado provimento ao recurso, o depósito será convertido em pagamento.

Art. 12 - A multa imposta, da qual não tenha sido interposto recurso, deverá ser paga no prazo de quinze dias. Decorrido este prazo, será inscrito o débito em dívida ativa e encaminhado à cobrança judicial.

Art. 13 - Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida aos depósitos do Município. Quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da área urbana, poderá ser a mesma depositada em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

1º - A devolução da coisa apreendida só se fará de multas que tiverem sido aplicadas e de indenização despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o ósito.

2º - A coisa apreendida, não reclamada no prazo dias, permitirá ao Município sua venda em leilão, importância apurada na indenização das despesas de rafo anterior e entregue o saldo, se houver ao legítimo mediante requerimento devidamente instruído, dentro de um ano.

3º - Os produtos alimentares perecíveis serão destinados de caridade ou afins, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo.

Art. 14 - A omissão no cumprimento de obrigação municipal poderá ser sanada pelo Município à custa do será cientificado.

Art. 15 - As infrações resultantes do descumprimento desta Lei serão punidas com multas correspondentes a 420,00 UFIR's.

Parágrafo único - As multas poderão ser reduzidas no valor de 35,00 fixado para cada caso, sempre que circunstâncias devidamente comprovadas, assim aconselhar.

Art. 16 - Quando couber, será aplicada, a critério do órgão competente, concomitantemente com a multa, a pena de apreensão na tomada dos objetos que constituem a infração, recolhimento feito mediante recibo descritivo.

TÍTULO II

CAPÍTULO I DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 17 - A denominação dos logradouros públicos e a casas serão fornecidas pelo Município.

Art. 18 - É proibido nos logradouros públicos:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

I - efetuar escavações, remover ou alterar a pavimentação, levantar ou rebaixar pavimento, passeios ou meio-fio, sem prévia licença do Município;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

II - fazer ou lançar condutos ou passagens de qualquer natureza, de superfície, subterrânea ou elevada, ocupando ou utilizando vias ou logradouros públicos, sem autorização expressa do Município;

Pena: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's

III - obstruir ou concorrer, direta ou indiretamente, para a obstrução de valos, calhas, bueiros, ou bocas-de-lobo, ou impedir, por qualquer forma, o escoamento das águas;

Pena: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's

* IV - despejar águas servidas, lixo, resíduos domésticos, comerciais ou industriais nos logradouros públicos ou terrenos baldios;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

* V - depositar materiais de qualquer natureza ou efetuar preparo de argamassa sobre passeios ou pistas de rolamento;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

VI - transportar argamassa, areia, aterro, lixo, entulho, serragem, cascas de cereais, ossos e outros detritos em veículos inadequados ou que prejudiquem a limpeza;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

VII - deixar cair água de aparelhos de ar condicionado sobre os passeios;

Pena: multa 35,00 a 127,00 UFIR's

* VIII - efetuar reparos em veículos e substituição de pneus, excetuando-se os casos de emergência, bem como troca de óleo e lavagem;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

IX - embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nos logradouros públicos;

Pena: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's

X - utilizar escadas, balaústres de escadas, balcões ou janelas com frente para a via pública, para secagem de roupa ou para colocação de vasos, floreiras ou quaisquer outros objetos que apresentem perigo para os transeuntes;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XI - fazer varredura do interior dos prédios, terrenos e veículos para as vias públicas;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

- Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XII - depositar lixo em recipientes que não sejam do tipo provado pelo Município;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XIII - colocar mesas, cadeiras, bancas ou quaisquer outros objetos ou mercadorias, qualquer que seja a finalidade, excetuando-se os casos regulados por legislação específica, desde que previamente autorizadas pelo Município;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XIV - colocar marquises ou toldos sobre os passeios, qualquer que seja o material empregado, sem prévia autorização do Município;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XV - vender mercadorias, sem prévia licença do Município;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XVI - estacionar, por mais de vinte e quatro (24) horas seguidas, veículos equipados para atividade comercial;
Penal: multa 35,00 a 127,00 UFIR's
XVII - estacionar veículos sobre passeios e em áreas verdes, fora dos locais permitidos em parques, jardins ou praças;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XVIII - capturar aves ou peixes nos parques, praças ou jardins;
Penal: multa 35,00 a 127,00 UFIR's
XIX - derrubar, podar, remover ou danificar árvores e quaisquer outras espécies de vegetais nos logradouros públicos;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XX - colocar em postes, árvores, ou com utilização de colunas, cabos, fios ou outro meio, indicações publicitárias de qualquer tipo, sem licença do Município;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XXI - utilizar os logradouros públicos para a prática de jogos ou desportos, fora dos locais determinados em praças ou parques; exclui-se da proibição a realização de competições esportivas, desde que com local ou itinerários predeterminados e autorizados pelo Município;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XXII - praticar desportos, nos balneários, fora dos locais determinados;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

XXXIII - utilizar ou retirar, para qualquer finalidade, água das fontes, piscinas ou espelhos d'água localizados em logradouros públicos;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXIV - retirar areia das margens dos rios e arroios, fazer escavações, lançar condutos de águas servidas ou afluentes cloacal ou detritos de qualquer natureza nas praias;

Pena: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's

XXV - banhar animais ou lavar veículos nas zonas de balneários;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXVI - soltar balões, com mecha acesa, em toda a extensão do Município;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXVII - acender fogo fora dos locais determinados;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXVIII - queimar fogos de artifícios, bombas, foguetes, busca-pés, morteiros e outros fogos explosivos, perigosos ou ruidosos nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXIX - causar dano a bem do patrimônio público municipal.

Pena: multa de 200,00 a 350,00 UFIR's

19 - Durante o período de execução de obras ou serviços em logradouros públicos, deverão ser mantidas, em local visível, placas de identificação onde constarão: o órgão ou entidade responsável, a firma empreiteira, o responsável técnico, a data de início dos trabalhos e a data prevista para sua conclusão.

Parágrafo único - O não cumprimento do disposto neste artigo implicará sanções administrativas, por parte da Prefeitura Municipal.

Art. 20 - Nos logradouros públicos são permitidas concentrações para realização de comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, com ou sem armação de coretos ou palanques, desde que sejam observadas as seguintes condições:

I - serem aprovados pelo Município quanto à localização;

II - não perturbarem o trânsito público;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

III - não prejudicarem o calçamento, ajardinamento, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV - serem removidos, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo único - Uma vez findo o prazo estabelecido no inciso IV, o Município promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando do responsável as despesas de remoção e dando ao material o destino que entender.

CAPÍTULO II
DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS E DAS CASAS E LOCAIS DE ESPECTÁCULOS

Art. 21 - Divertimentos públicos, para os efeitos desta Lei, são os que se realizam em logradouros públicos ou locais quando permitido acesso ao povo em geral.

Art. 22 - Em todas as casas e locais de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições:

I - as instalações de aparelhos de ar condicionado deverão ser conservadas e mantidas em perfeito funcionamento;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

II - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo, em perfeito estado de funcionamento, em locais visíveis e de fácil acesso, devendo os corredores de descargas serem convenientemente sinalizados com indicação clara do sentido de saída e mantidos desobstruídos;

Penal multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

III - as lotações serão obedecidas rigorosamente sem que ocorra, jamais, a venda de ingressos superior aos lugares disponíveis.

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's-

Parágrafo único - É proibido fumar, ou manter acesos, nas salas de espetáculos, cigarros ou assemelhados.

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Art. 23 - Não será permitida a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de oitenta metros de hospitais, casas de saúde ou maternidade.

Art. 24 - Para permitir a armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá o Município exigir, se o julgar conveniente, um depósito de até o máximo de três salários mínimos como garantia de despesas eventuais de limpeza e recomposição do logradouro.

§1º - O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos.

§2º - A licença para o funcionamento de circos e/ou assemelhados será concedida pelo Município, mediante apresentação de Laudo Técnico, emitido pelo Corpo de Bombeiros, após vistoria realizada nos equipamentos e dependências, de modo a preservar a segurança da população.

CAPÍTULO III
DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO OU DE CARGA

Art. 25 - Constitui infração:

I - trafegar com veículo de tração animal em zona permitida, sem adequada sinalização luminosa e com aros de ferro em pavimento asfáltico;

Pena: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

II - fumar ou conduzir, acesos, cigarros ou assemelhados em veículos de transporte coletivos e táxis:

Pena: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

III - conversar ou, de qualquer forma, perturbar o motorista nos veículos de transporte coletivo quando estes estiverem em movimento;

Pena: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

IV - utilizar aparelhos sonoros nos veículos de transporte coletivo, tanto os passageiros como a tripulação;

Pena: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

V - negar troco ao passageiro, tomando-se por base a proporção vinte por um (20/1) do valor da nota e do valor da passagem, respectivamente;

Pena: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

VI - o motorista ou cobrador de veículo de transporte coletivo tratar o usuário com falta de urbanidade;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

VII - recusar-se, o motorista ou cobrador, em veículo de transporte coletivo, a embarcar passageiros, sem motivo justificado;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

VIII - encontrar-se em serviço, motorista ou cobrador, em veículo de transporte coletivo, sem estar devidamente asseado e adequadamente trajado, sendo-lhe, no entanto, facultado:

a) individualmente, não usar gravata;

b) - individualmente, usar bermuda padronizada, de comprimento sobre o joelho;

c) - usar camisa, tipo comum ou aviador, de mangas compridas ou de meia-mangas.

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

IX - permitir, em veículos coletivos, o transporte de animais e de bagagem de grande porte ou em condições de odor ou segurança de modo a causar incômodo ou perigo aos passageiros;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

X - trafegar com veículo coletivo transportando passageiros fora do itinerário determinado, salvo situação de emergência;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

XI - transportar passageiros além do número licenciado:

Penal: multa de 75,00 UFIR's

XII - trafegar com pingente;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

XIII - abastecer veículo de transporte coletivo portando passageiros;

Penal: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's

XIV - nos veículos de transporte coletivo, o embarque ou o desembarque de passageiros pela porta que não seja para isso destinada, conforme estabelecer a Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XV - o motorista interromper a viagem sem causa justificada;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XVI - estacionar fora dos pontos determinados para embarque ou desembarque de passageiros ou afastado do meio-fio, impedindo ou dificultando a passagem de outros veículos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XVII - abandonar na via pública veículo de transporte coletivo com a máquina funcionando;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XVIII - trafegar o veículo de transporte coletivo por ônibus sem a indicação, isolada e colocada acima de sua parte fronteira, do número da linha, ou com a luz do letreiro ou do número da linha apagada;

Penal: multa de 127,00 UFIR's
XIX - trafegar com as portas abertas;
Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XX - colocar em tráfego veículo de transporte coletivo em mau estado de conservação ou de higiene;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XXI - dirigir veículo de transporte coletivo com excesso de velocidade, impedindo a passagem de outro, ou, de qualquer forma, dificultando a marcha de outros;

Penal: multa de 35,00 UFIR's
XXII - trafegar com o selo de vistoria vencido, rasurado ou recolhido;

Penal: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's
XXIII - não constar nas portas laterais dos veículos de transporte coletivo a fixação de lotação, das tarifas e do itinerário.

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's
XXIV - a falta de cumprimento da tabela horária oficial das linhas de transporte coletivo, que constará afixada juntamente com o itinerário, em local determinado pela Secretaria de Infraestrutura, nos terminais de linha e nas estações dos corredores de ônibus:

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's
XXV - trafegar com carga de peso superior ao fixado em sinalização, salvo prévia licença do Município;

Penal: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's
XXVI - trafegar em ruas do perímetro central com veículos de mais de seis toneladas, dificultando a circulação ou causando a sua interrupção;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's
XXVII - carregar ou descarregar materiais destinados a estabelecimentos situados na zona central e nas radiais, fora do horário previsto;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

XXVIII transportar, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXIX - conduzir outras pessoas, além do motorista e dos ajudantes, em veículos de transporte de explosivos ou inflamáveis;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

XXX - recusar-se a exibir documentos à fiscalização, quando exigido;

Penal: multa de 127,00 UFIR's

XXXI - não atender às normas, determinações ou orientação da Fiscalização;

Penal: multa de 127,00 UFIR's

XXXII - trabalhar, motorista, cobrador, fiscal e largador de ônibus, sem identidade da Secretaria de Infraestrutura;

XXXII - transportar engradados que contêm garrafas ou latas, em veículos que não possuam dispositivos de segurança aprovados pelo Município;

Penal: multa de 127,00 UFIR's

XXXIII - tráfegar o veículo de transporte coletivo sem ter afixada, em local visível em seu interior, a tabela horária oficial da linha;

Penal: multa de 35,00 UFIR's

XXXIV - trabalhar, motorista, cobrador, fiscal e largador de transporte público de passageiros, sem identidade da Secretaria de Infraestrutura;

Penal: multa de 35,00 UFIR's para infrator primário, dobrando-se a penalidade a cada reincidência

XXXV - tráfegar veículos de carga com tripulantes ou passageiros fora da cabine, no espaço destinado à carga ou no estribo

Parágrafo único - O inciso XXXV não se aplica no caso dos veículos militares.

Penal: multa de 35,00 a 50,00 UFIR's, por passageiro ou tripulante nessas condições



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV
DAS CONSTRUÇÕES, EDIFICAÇÕES, MUROS, CERCAS E PASSEIOS

Art. 26 - Constitui infração:

I - não ter ou deixar de exhibir, quando solicitado pela Fiscalização, no local da obra, o projeto aprovado e a licença de execução;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

II - não colocar nas obras as prescrições estabelecidas no Código de Obras;

Pena: multa de 50,00 a 127,00 UFIR's

III - deixar de retirar, no prazo de dez dias, quando notificado pela Fiscalização, no caso de construção paralisada por mais de cento e oitenta dias, tapumes ou andaimes;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Parágrafo único - No caso do inciso III do presente artigo, o Município, sem prejuízo da aplicação da pena, fará remover os tapumes ou andaimes à conta do proprietário.

Art. 27 - Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos e normas fixados na legislação específica, bem como mantê-los em perfeito estado de limpeza, capinados e drenados.

Pena: multa de 75,00 a 200,00 UFIR's

Art. 28 - Os proprietários de terrenos, edificados ou não, localizados em logradouros que possuam meio-fio, são obrigados a executar a pavimentação do passeio fronteiro a seus imóveis dentro dos padrões estabelecidos pelo Município e mantê-los em bom estado de conservação e limpeza.

Parágrafo único - O não cumprimento da obrigação determinada neste artigo fará com que o Município, através da Secretaria de Infraestrutura, notifique o proprietário infrator e, após 10 (dez) dias, realize o serviço que será cobrado com o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre a tabela de preço da Prefeitura.

Pena: multa de 75,00 a 200,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO V
DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PROFIS-
SIONAIS

Art. 29 - Nenhum estabelecimento comercial, industri-
al, de prestação de serviços ou de entidades associativas poderá fun-
cionar sem prévia licença do Município.

Penal: multa de 127,00 a 300,00 UFIR's e fechamento
do estabelecimento

§1º - O Alvará de Licença será exigido, mesmo que o
estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de Al-
vará.

Penal: multa de 127,00 a 200,00 UFIR's

§2º - Excetuam-se das exigências deste artigo os es-
tabelecimentos da União, do Estado, do Município ou das entidades
paraestatais e os templos, igrejas, sedes de partidos políticos, sindi-
catos, federações ou confederações, reconhecidos na forma da Lei.

§3º - O Alvará de Licença deverá estar afixado em lu-
gar próprio e facilmente visível.

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

§4º - Sempre que for alterado o uso do imóvel, deverá
ser requerido novo Alvará de Licença para fins de verificação de obe-
diência às leis vigentes.

Art. 30 - O Alvará de Licença será expedido mediante
requerimento ao Prefeito.

§1º - O Alvará de Licença terá validade enquanto não
se modificarem quaisquer dos elementos essenciais nele inscritos.

§2º - O estabelecimento cujo Alvará caducar deverá
requerer outro com os novos característicos essenciais.

Art. 31 - Todas as instalações sanitárias, tanques,
banheiros, moctórios e latrinas de uso coletivo, seus aparelhos e
acessórios, serão mantidos no mais rigoroso asseio e perfeito funcio-
namento, com papel higiênico fornecido pelo responsável.

Art. 32 - A licença para funcionamento de açougues,
padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida do exame do local e aprovação da autoridade sanitária competente.

§1º - Ficam obrigados os restaurantes, bares e casas de chá, que possuam área fechada de atendimento ao público superior a 100 m² (cem metros quadrados), a destinarem espaço às pessoas fumantes, no prazo de 06 (seis) meses contados a partir da vigência desta Lei Complementar.

Penal: multa de 35,00 a 150,00 UFIR, dobrando-se o valor a multa em casos de reincidências

§2º - Os estabelecimentos referidos no § 1º deverão ser equipados com sistema de ventilação ou qualquer outro recurso eficiente que impeça a transposição da fumaça da área de fumantes e que garanta uma boa qualidade do ar em ambas as áreas.

Penal: multa de 35,00 a 150,00 UFIR, dobrado-se o valor da multa em casos de reincidência.

§3º - Excluem-se das disposições do parágrafo 1º os bares e as casas noturnas que ofereçam 'shows' musicais ou danças, após às 22 horas.

§4º - E todos os estabelecimentos previstos neste artigo serão colocados cartazes com dizeres sobre os prejuízos que o fumo traz à saúde.

Art. 33 - A licença de localização deverá ser cancelada:

I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;
II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

III - por solicitação da autoridade competente, provados os motivos que fundamentam a solicitação;

Parágrafo único - Cancelada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art. 34 - É proibido depositar ou expor à venda mercadorias sobre os passeios ou utilizando as paredes ou vãos, ou sobre as marquises ou toldos.

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 35 - Mediante ato especial, o Prefeito poderá limitar o horário dos estabelecimentos, quando:

I - homologar convenção feita pelos estabelecimentos que acordarem em horário especial para seu funcionamento, desde que



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

essa convenção seja adotada, no mínimo, por três quartas partes dos estabelecimentos atingidos;

II - atender a requisições legais e justificadas das autoridades competentes sobre estabelecimentos que perturbem o sossego ou ofendam ao decoro público, ou que reincidam nas sanções da legislação do trabalho.

§1º - Homologada a convenção de que trata o inciso I, passará ela a constituir postura municipal, obrigando os estabelecimentos nela compreendidos ao cumprimento dos seus termos.

§2º - O estabelecimento que descumprir o disposto no parágrafo anterior incorrerá na pena de multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

CAPÍTULO VI
DOS ANÚNCIOS DE PROPAGANDA

Art. 36- São anúncios de propaganda as indicações por meio de inscrições, letreiros, tabuletas, dísticos, legendas, cartazes, painéis, placas e faixas, visíveis da via pública, em locais frequentados pelo público ou por qualquer forma expostos ao público e referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, a empresas, produtos de qualquer espécie, de pessoa ou coisa.

Art. 37 - Nenhum anúncio de propaganda poderá ser exposto ao público ou mudado de local, sem prévia licença do Município.

§1º - Anúncios de qualquer espécie, luminosos ou não, com pinturas decorativas ou simplesmente letreiros, terão de submeter-se à aprovação do Município, mediante a apresentação de desenhos e dizeres em escala adequada, devidamente cotados, em duas (2) vias, contendo:

- a) - as cores que serão usadas;
- b) - a disposição do anúncio ou onde será colocado;
- c) - as dimensões e a altura da sua colocação em relação ao passeio;
- d) - a natureza do material de que será feito;
- e) - a apresentação de responsável técnico, quando julgado necessário;
- f) - o sistema de iluminação a ser adotado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

§2º - O Município, através de seus órgãos técnicos, regulamentará a matéria visando a defesa do panorama urbano.

§3º - O Município, através de seus órgãos competentes procederá à revisão gramatical do texto publicitário por técnico habilitado para esse fim, antes de expedição da licença a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 38 - É proibida a colocação de anúncios:

I - que obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas, janelas e bandeiras;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

II - que, pela quantidade, proporção ou disposição, prejudiquem o aspecto das fachadas;

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

III - que desfigurem, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos edifícios;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

IV - que, de qualquer modo, prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas, monumentos, edifícios públicos, igrejas ou templos;

Penal: multa de 50,00 a 200,00 UFIR's

V - que, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

VI - que sejam escandalosos ou atentem contra a moral.

Penal: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

Art. 39 - São também proibidos os anúncios:

I - inscritos nas folhas das portas ou janelas;

Penal multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

II - pregados, colocados ou dependurados em árvores das vias públicas ou outros logradouros e nos postes telefônicos ou de iluminação, sem licença do Município;

Penal: multa de 50,00 a 200,00 UFIR's

III - confeccionados de material não resistente às intempéries, exceto os que forem para uso no interior dos estabelecimentos, para distribuição a domicílio ou em avulsos;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

IV - aderentes, colocados nas fachadas dos prédios, paredes ou muros, salvo licença especial do Município;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Pena: 35,00 a 127,00 UFIR's

V - ao ar livre, com base de espelho;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

VI - em faixas que atravessem a via pública, salvo licença especial do Município;

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 40 - A toda e qualquer entidade que fizer uso de faixas e painéis afixados em locais públicos, cumpre a obrigação de remover tais objetos até setenta e duas (72) horas após o encerramento dos atos a que aludirem.

Parágrafo único - A infração do disposto neste artigo acarreta a pena de multa de 50,00 a 200,00 UFIR's

Art. 41 - Será facultado às casas de diversões, teatros, cinemas e outros a colocação de programas e de cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em lugar próprio e se refiram exclusivamente às diversões nelas exploradas.

§1º - Nos locais a que se refere o "caput" deste artigo, fica proibida a fixação de cartazes e fotografias de filmes de sexo explícito e de pornografia em geral, bem como de quaisquer espetáculos do gênero.

§2º - Nas partes externas, ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, somente será permitida a apresentação dos seguintes dizeres: "Filme de sexo explícito" ou "Filme pornográfico", sendo permitido, também, o anúncio de que os cartazes respectivos podem ser vistos nas suas dependências internas.

Art. 42 - Aplicam-se, ainda, as disposições deste código:

I - As placas ou letreiros de escritórios, consultórios, estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais e outros;

II - a todo e qualquer anúncio colocado em lugar estranho à atividade ali realizada.

Parágrafo único - Fazem exceção ao inciso I deste artigo placas ou letreiros que, nas suas medidas, não excedam 0,30m x 0,30m e que contenham apenas a indicação da atividade exercida pelo interessado, nome, profissão e horário de trabalho.

Art. 43 - Qualquer alteração em anúncio de propaganda deverá ser precedida de autorização do Município.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VII
DOS ELEVADORES

Art. 44 - Os elevadores, as escadas rolantes e montacargas são aparelhos de uso público e seu funcionamento dependerá de licença e fiscalização do Município.

Art. 45 - Fica o funcionamento desses aparelhos condicionado à vistoria, devendo o pedido ser instruído com certificado expedido pela firma instaladora em que se declarem estarem em perfeitas condições de funcionamento, terem sido testados e obedecerem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e disposições legais vigentes.

Art. 46 - Nenhum elevador, escada rolante ou montacargas poderá funcionar sem assistência e responsabilidade técnica de empresa instaladora, registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Pena: multa de 35,00 A 127,00 UFIR's

Art. 47 - Junto aos aparelhos e à vista do público, colocará o Município uma ficha de inspeção que deverá ser rubricada, ao menos mensalmente, após a revisão pela empresa responsável pela sua conservação.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

§1º - Em edifícios residenciais que contem com portaria ou recepção, é facultada a guarda da ficha de inspeção junto a essas.

§2º - A ficha conterà, no mínimo, a denominação do edifício, número do elevador, sua capacidade, firma ou denominação da empresa conservadora com endereço e telefone, data da inspeção, resultados e assinatura do responsável pela inspeção.

§3º - O proprietário ou responsável pelo prédio deverá comunicar anualmente, até o dia 31 de dezembro, à Fiscalização Municipal, o nome da empresa encarregada da conservação dos aparelhos, que também assinará a comunicação.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

§4º - No caso de vistoria para "habite-se", a comunicação deverá ser feita dentro de trinta dias a contar da expedição do certificado de funcionamento.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

§5º - A primeira comunicação após a publicação desta Lei deverá ser feita no prazo de trinta dias.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

§6º - As comunicações poderão ser enviadas pela empresa conservadora, quando, para tanto, for autorizada pelo proprietário ou responsável pelo edifício.

§7º - Sempre que houver substituição da empresa conservadora, a nova responsável deverá dar ciência ao Município, no prazo de dez dias, dessa alteração.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 48 - Os proprietários ou responsáveis pelo edifício e as empresas conservadoras responderão perante o Município pela conservação, bom funcionamento e segurança da instalação.

Parágrafo único - A empresa conservadora deverá comunicar, por escrito, à Fiscalização, a recusa do proprietário ou responsável em mandar efetuar reparos para a correção de irregularidades e defeitos na instalação que prejudiquem seu funcionamento ou comprometem sua segurança.

Art. 49 - A transferência de propriedade ou retirada dos aparelhos deverá ser comunicada, por escrito, à fiscalização dentro de trinta (30) dias.

Parágrafo único - Cabe ao proprietário, também, o prazo de trinta (30) dias, para fazer comunicação em atendimento aos fins previstos no art. 45.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 50 - Os elevadores deverão funcionar com obrigatoriedade e permanente assistência de ascensorista, quando:

I - o comando não for automatizado;

II - embora com comando automatizado, o elevador estiver instalado em hotel, edifício de escritórios, consultórios ou mistos.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 51 - Do ascensorista é exigido:

I - pleno conhecimento das manobras de condução;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

II - exercer rigorosa vigilância sobre as portas da caixa e do carro do elevador, de modo que se mantenham totalmente fechadas;

III - só abandonar o elevador em condições de não poder funcionar, a menos que o entregue a outro ascensorista habilitado;

IV - não transportar passageiros em número superior à lotação.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 52 - É proibido fumar ou conduzir, acesos, cigarros ou assemelhados"

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 53 - As instalações são sujeitas à fiscalização, de rotina ou extraordinária, a qualquer dia ou hora.

Art. 54 - É obrigatório colocar no interior do elevador à vista do público, lanterna de quatro pilhas em perfeito estado de funcionamento.

Pena: multa de 35,00 a 75,00 UFIR's

Art. 55 - Além das multas, serão interditados os aparelhos em precárias condições de segurança ou que não atendam o que preceitua o art. 46.

§1º - A interdição será precedida pela amarração com arame ou selo de chumbo, de maneira a impedir o funcionamento.

§2º - O desrespeito à interdição será punido com multa em dobro e outras medidas aplicáveis.

Art. 56 - A interdição poderá ser levantada para fins de consertos e reparos, mediante pedido escrito da empresa instaladora ou conservadora, sob cuja responsabilidade passarão a funcionar os aparelhos, fornecendo, após, novo certificado de funcionamento.

Art. 57 - Somente será permitido o uso de elevador de passageiros para o transporte de cargas, uniformemente distribuídas e compatíveis com a capacidade do mesmo, antes das 8 horas da manhã e após as 19 horas, ressalvadas casos de urgência a critério da administração do edifício.

[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VIII
DAS PEDREIRAS, CASCALHEIRAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 58 - A exploração das jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, tais como ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros, dependerá de licença especial do Município.

Parágrafo único - Os elementos que deverão instruir o pedido de licença serão estabelecidos pela autoridade municipal.

Pena: multa de 50,00 a 250,00 UFIR's e a interdição, quando for julgada necessária

Art. 59 - A licença para exploração das jazidas minerais a que se refere o artigo anterior será concedida, observando-se o seguinte:

I - não estar situada a jazida em topo de morro ou em área que apresente potencial turístico, importância paisagística ou ecológica;

II - A exploração não exceda a cinco sextos (5/6) da cota máxima da elevação existente na área requerida, calculada em relação ao nível do mar;

III - a exploração mineral não se constitua ameaça à segurança da população nem comprometa o desenvolvimento urbanístico da região;

IV - a exploração não prejudique o funcionamento normal de escola, hospital, instituição científica, ambulatório, casa de saúde ou repouso ou similiar.

Art. 60 - A licença para o exercício das atividades de que trata este capítulo será intransferível.

Art. 61 - O licenciamento será concedido por prazo determinado, sendo renovável através de requerimento do interessado dirigido à autoridade municipal, observadas as condições estabelecidas no regulamento da matéria.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Art. 62 - As medidas de segurança, horário de funcionamento, a natureza do equipamento utilizado, o uso de explosivos e outras condições para exploração de pedreiras ou outras jazidas minerais deverão atender a um plano geral que será submetido à aprovação da autoridade municipal competente.

Parágrafo único - A matéria de que trata o presente artigo será definida através de regulamentação.

Art. 63 - Durante a fase de tramitação do requerimento só poderão ser extraídas da área substâncias minerais para análise e ensaios tecnológicos e desde que se mantenham inalteradas as condições do local.

Art. 64 - Após a obtenção do licenciamento, terá o seu titular o prazo de um ano para requerer o registro desta licença no Departamento Nacional de Produção Mineral e apresentar este registro à autoridade municipal, sob pena de sua caducidade.

Art. 65 - O titular da licença ficará obrigado a:

I - executar a exploração de acordo com o plano aprovado sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's

II - extrair somente as substâncias minerais que constam da licença outorgada sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's

III - comunicar ao Departamento Nacional de Produção Mineral e à autoridade municipal o descobrimento de qualquer outra substância mineral não incluída na licença de exploração, sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's

IV - confiar a direção dos trabalhos de exploração a técnicos legalmente habilitados ao exercício da profissão, sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,0 UFIR's e a interdição, quando for julgada necessária.

V - impedir o extravio ou obstrução das águas e drenar as que possam ocasionar prejuízos aos vizinhos, sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's e a interdição quando for julgada necessária.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

VI - impedir a poluição do ar ou das águas que possam resultar dos trabalhos de desmonte ou beneficiamento, sob pena de:
Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's e interdição, quando for julgada necessária.

VII - proteger e conservar as fontes e a vegetação natural, sob pena de:
Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's e a interdição, quando for julgada necessário.

VIII - proteger com vegetação adequada as encostas de onde foram extraídos materiais, sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's

IX - manter a erosão sob controle de modo a não causar prejuízos a todo e qualquer serviço, bem público ou particular, sob pena de:

Multa de 127,00 a 350,00 UFIR's e a interdição quando for julgada necessária.

* Art. 66 - A licença será cancelada quando:

I - forem realizadas na área destinada à exploração construções incompatíveis com a natureza da atividade;

II - se promover o parcelamento, arrendamento, ou qualquer outro ato que importe na redução da área explorada;

III - for determinado pelo poder público municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único - Será interditada a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada a exploração de acordo com esta Lei, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarrete perigo ou dano à vida ou à propriedade.

* Art. 67 - O Município poderá, em qualquer tempo, determinar a execução de obras na área ou local de exploração das jazidas minerais definidas no art. 58 deste Capítulo, para proteção das propriedades circunvizinhas ou para evitar a obstrução de cursos ou mananciais de águas.

* Art. 68 - Os atuais titulares de licença de exploração de jazidas a que se refere este Capítulo deverão no prazo de sessenta dias solicitar a sua renovação na forma da presente Lei.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IX
DAS MEDIDAS REFERENTES A ANIMAIS

Art. 69 - Os animais abandonados nos logradouros públicos serão recolhidos ao depósito do Município.

§1º - tratando-se de cão, será o mesmo sacrificado se não for retirado dentro do prazo máximo de quatro (4) dias úteis, mediante o pagamento das despesas efetuadas com a manutenção e transporte do animal.

§2º - Poderá o Município, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o art. 71 desta Lei.

§3º - Todo o cão capturado deverá ser vacinado ou revacinado no ato do resgate.

§4º - Os cães capturados com suspeita de doença transmissível, a critério de médico veterinário, não poderão ser resgatados pelo proprietário, devendo ser submetidos a isolamento e observação.

Art. 70 - É obrigatória a vacinação anual dos cães.
Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's ao proprietário.

Art. 71 - Tratando-se de outros animais, como equinos, bovinos, ovinos, caprinos, etc., não retirados no prazo de 15 (quinze) dias, deverá o Município efetuar a sua venda em leilão.

Parágrafo único - O leilão de que trata o "caput" deste artigo deverá ser realizado até 15 (quinze) dias após o fim do prazo para a retirada dos animais.

Art. 72 - É proibida a existência, no perímetro urbano, de animais em concheiras, estábulos e pocilgas.

Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 73 - Ficam proibidos os espetáculos de feras e as exibições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Art. 74 - É proibido criar abelhas no perímetro urbano.
Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 75 - Os animais de tração apreendidos, temporariamente ou definitivamente, serão guardados em local próprio, gozando da assistência necessária à manutenção de um bom estado, inclusive veterinária.

Art. 76 - Todo aquele que, em lugar público ou privado, aplicar maus tratos aos animais, incorrerá em multa de 1,00 a 3 UFIR's.

Art. 77 - Consideram-se maus tratos:

I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II - manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar e luz;

III - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, causando-lhes sofrimento;

IV - açoitar, golpear, ferir ou mutilar animais;

V - abandonar animal doente ou ferido sem prestar-lhe a necessária assistência;

VI - conduzir animais sem arreios ou apetrechos adequados, causando-lhes incômodos e sofrimentos;

VII - não prestar ao animal o devido descanso, água e alimentação.

Art. 78 - São solidariamente passíveis de multa os proprietários dos animais e os que os tenham sob sua guarda.

Art. 79 - A castigos violentos, além da multa imposta, caberá a apreensão do animal, do veículo, ou de ambos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

TÍTULO III

CAPÍTULO I
DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 80 - Para impedir ou reduzir a poluição do meio ambiente, o Município promoverá medidas para preservar o estado de salubridade do ar, evitar os ruídos e sons excessivos e a contaminação das águas.

Art. 81 - Ao Município incumbe implantar programas e projetos de localização de empresas que produzam fumaça, odores desagradáveis, nocivos ou incômodos à população.

CAPÍTULO II
DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 82 - Os estabelecimentos que produzam fumaça, desprendam odores desagradáveis, incômodos ou prejudiciais à saúde, deverão instalar dispositivos para eliminar ou reduzir ao mínimo os fatores da poluição, de acordo com os programas e projetos implantados ou aprovados pelo Município.

CAPÍTULO III
DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 83 - É vedado perturbar o bem estar e o sossego público ou de vizinhanças com ruídos, barulhos, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma e que ultrapassem ou não os níveis máximos de intensidade fixados nesta Lei.

Parágrafo único - Em se tratando de casas de comércio ou locais de diversões públicas referidos no art. 89, desta Lei Complementar, o infrator será penalizado com multa de 210 Unidades Financeiras Municipais quando for primário, com 420 Unidades Financeiras do Municipais na reincidência e com a cassação do Alvará de Localização e Funcionamento quando de nova reincidência ou, na hipótese de não possuir Alvará, com o imediato fechamento.

[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

Art. 84 - Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons ou ruídos excessivos, incumbe ao Município;

I - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas que produzam ruídos, sons excessivos ou incômodos em zonas residenciais;

II - impedir o uso de qualquer aparelho, dispositivo ou motor de explosão que produza ruídos incômodos ou sons além dos limites permitidos;

III - sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais, casas de saúde e maternidades;

IV - disciplinar o horário de funcionamento noturno das construções;

V - impedir a localização, em local de silêncio ou na zona residencial, de casas de divertimentos públicos, que, pela natureza de suas atividades produzam sons excessivos ou ruídos incômodos.

Art. 85 - Não poderão funcionar aos domingos e feriados e no horário compreendido entre 22h e 6h, máquinas, motores e equipamentos eletroacústicos em geral, de uso eventual, que, embora utilizando dispositivos para amortecer os efeitos de som, não apresentem diminuição sensível das perturbações ou ruídos.

Parágrafo único - O funcionamento nos demais dias e horários dependerá de autorização prévia do setor competente do Município.

Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 86 - Fica proibido;

I - queimar ou permitir a queima de foguetes, morteiros, bombas ou outros fogos de artifícios, explosivos ou ruidosos nos estádios de futebol ou em qualquer praça de esportes;

Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

II - a utilização de buzinas, trompas, apitos, tímpanos, sinos, campainhas e sirenas ou de quaisquer outros aparelhos semelhantes;

Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

III - a utilização de matracas, cornetas ou de outros sinais exagerados ou contínuos, usados como anúncios por ambulantes para venderem seus produtos;

Pena: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

IV - a utilização de anúncios de propaganda produzidos por alto-falantes, amplificadores, bandas de música e tambores;

Penal: Multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

V - a utilização de alto-falantes, fonógrafos, rádios e outros aparelhos sonoros usados como meio de propaganda, mesmo em casas de negócios, ou para outros fins, desde que se façam ouvir fora do recinto onde funcionam;

Penal: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

VI - a utilização de aparelhos de telefone celular ou de emissão sonora pessoal no interior de casas de espetáculos e de eventos culturais, como cinemas, teatros e Plenário da Câmara Municipal.

Penal: multa de 35,00 UFIR (duzentos e oitenta e cinco Unidades Fiscais de Referência) a 127,00 UFIR (quatrocentos e vinte e cinco Unidades Fiscais de Referência);

VII - a utilização de aparelhos de telefone celular por condutores de veículo individual ou coletivo, quando em movimento ou circulação na área de jurisdição do Município de Pitimbu.

Art. 87 - Não se compreendem nas proibições ao artigo anterior os sons produzidos por:

I - vozes ou aparelhos usados na propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria;

II - sinos de igreja ou templos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - bandas de música, desde que em procissões, cortejos ou desfiles públicos;

IV - sirenas ou aparelhos de sinalização sonora de ambulância, carros de bombeiros ou assemelhados;

V - apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, dentro do período compreendido entre as 6h e 20h;

VI - explosivos empregados no arrebatamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados em horário previamente deferidos pelo setor competente do Município;

VII - manifestações em recintos destinados à prática de esportes, com horário previamente licenciado;

VIII - aparelhos de telefone celular ou de emissão sonora pessoal, quando em uso no interior das casas de espetáculos de eventos culturais, fora das salas de exibições de filmes, peças teatrais,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
GABINETE DO PREFEITO

musicais, danças, palestras, conferências e demais atividades culturais ou artísticas do gênero.

Art. 88 - Durante os festejos carnavalescos e de Ano Novo, são tolerados, excepcionalmente, as manifestações tradicionais, normalmente proibidas por esta Lei.

Art. 89 - Casas de comércio ou locais de diversões públicas como parques, bares, cafés, restaurantes, cantinas e boates, nas quais haja execução ou reprodução de números musicais por orquestras, instrumentos isolados ou pares de som, deverão adotar instalações adequadas a reduzir sensivelmente a intensidade de suas execuções ou reproduções, de modo a não perturbar o sossego da vizinhança.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's

Art. 90 - Os níveis máximos de intensidade de som ou ruído permitidos, são os seguintes:

a) - em zonas residenciais: 60 decibéis (60 db) no horário compreendido entre 7h e 19h, medidos na curva "b" e 45 decibéis (45 db) das 19h às 7h, medidos na curva "A";

b) - nas zonas industriais: de 85 decibéis (85 db) no horário compreendido entre 6h e 22h, medidos na curva "B" e 65 decibéis (65 db) das 22h às 6h, medidos na curva "B";

c) - em zonas comerciais: de 75 decibéis (75 db), no horário compreendido entre 7h e 19h, medidos na curva "B", e 60 decibéis (60 db) das 19h às 7h, medidos na curva "B".

CAPÍTULO IV
DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 91 - Para impedir a poluição das águas, é proibido:

I - as indústrias e oficinas depositarem ou encaminharem a cursos d'água, lagos e reservatórios de água os resíduos ou detritos provenientes de suas atividades, sem obediência a regulamentos municipais.

Pena: multa de 127,00 a 350,00 UFIR's

II - canalizar esgotos para a rede destinada ao escoamento de águas pluviais.

Pena: multa de 127,00 a 350,00 UFIR's.

III- localizar estábulos, pocilgas e estabelecimentos semelhantes nas proximidades de cursos de água, fontes, represas e lagos, de forma a propiciar a poluição das águas;

Pena: multa de 127,00 a 350,00 UFIR's.

IV - acrescer terrenos descobertos, por meio de depósitos e aterros artificiais, em detrimento das atuais margens dos Rios.

Pena: multa de 35,00 a 127,00 UFIR's, quando o infrator for primário, e de 127,00 a 250,00 UFIR's, quando for reincidente.


TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 92 - Este Código entra em vigor nesta data.

Art. 93 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PITIMBU-PB, Em
18 de novembro de 1999.


JOSÉ RÔMULO CARNEIRO DE A. NETO
Prefeito

